

EFEITO BOLSAS

Crise complica reeleição de governadores

Na falta de reformas, verbas federais e privatização eram esperança para fazer obras em ano eleitoral

MARA BERGAMASCHI

BRASÍLIA — Os efeitos da crise do sistema financeiro podem dificultar o caminho dos governadores para a reeleição. Sem os benefícios que as reformas administrativas e da Previdência poderiam assegurar e com a capacidade de endividamento e de aumento da arrecadação estagnados, os Estados viam na privatização de ativos e na partilha de verbas federais os meios de garantir recursos para obras — fundamentais em ano eleitoral. Esses planos estão ameaçados pelas consequências — ainda não mensuradas — da instabilidade das bolsas na economia.

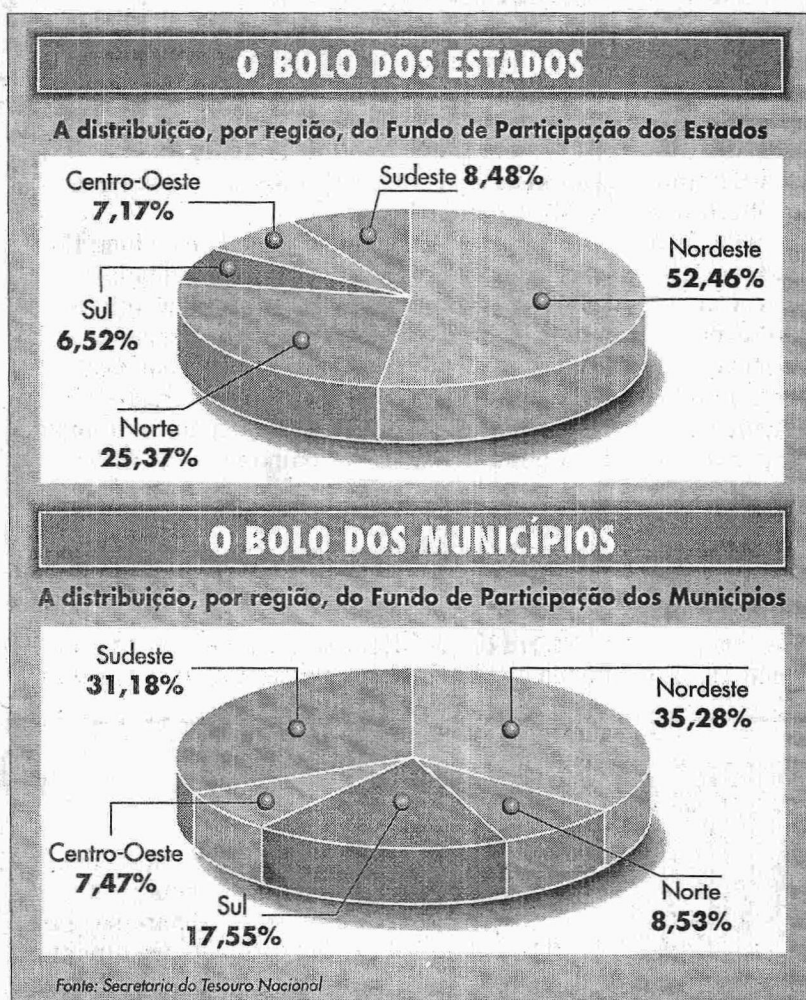
A imediata saída, na semana passada, de R\$ 4,7 bilhões de capital estrangeiro foi o primeiro sinal do risco: para executar seu programa de desestatização, os Estados, bem como o Palácio do Planalto, dependem, em boa parte, do capital externo. Empenhado em rebater avaliações pessimistas sobre o alcance da crise, o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, terminou a semana recomendando aos Estados que façam o mesmo que o governo. "Não mudaremos nosso calendário de privatização", avisou.

Kandir reconheceu, porém, que "um ou outro investidor podem ter problema para a captação de recursos". Mas avaliou que isso não abalará o processo de venda de empresas públicas. "Os investidores estão preocupados com o retorno que podem ter daqui a dois ou três anos", completou. Para, entre outras coisas, tentar atrair investidores estrangeiros, o governo teve de dobrar na quinta-feira as taxas de juros. O obstáculo que a conjuntura econômica mundial pode trazer para os programas estaduais de desestatização será mais um capítulo na discussão já travada sobre o assunto.

Com a prerrogativa de autorizar empréstimos e a renegociação das dívidas estaduais, o Senado tenta decidir, desde o início do mês, o que os governadores poderão fazer com a renda da privatização. A falta de entendimento tem adiado a votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O debate, aparentemente econômico, é, na realidade, político.

Limite — Os senadores dos Estados que ainda nada venderam ou nada receberam de adiantamento do governo federal por conta de privatizações futuras não aceitam a proposta, apresentada pelo senador Vilson Kleinubing (PFL-SC), que obriga os Estados a usar 75% desses recursos para abater suas dívidas se quiserem contratar novos empréstimos. Alegam que vários Estados — dentre eles Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Bahia e Mato Grosso — já utilizaram este ano cerca de US\$ 10 bilhões, originários da venda de ativos, sem nenhum controle do Senado.

O presidente da CAE, senador José Serra (PSDB-SP), considera que essa falta de "isonomia" entre os Estados dificultará a aprovação do projeto de Kleinubing. Mas o senador catarinense insiste: "Por que o Estado vai requerer mais dinheiro, se quando dispôs de recursos não procurou diminuir o endividamento?" O senador Romeu Tuma (PFL-SP) quer baixar de 75% para 30% o limite de recursos da privatização que teriam de migrar para pagamento de dívida.



NO VERMELHO

As dívidas dos Estados (em R\$ mil)

Estados	Valores	Estados	Valores
Acre	602.188	Paraíba	1.806.956
Alagoas	1.536.684	Paraná	3.275.180
Amapá	188.616	Pernambuco	2.894.409
Amazonas	1.571.333	Piauí	1.506.052
Bahia	4.976.059	Rio de Janeiro	9.522.092
Ceará	2.055.650	Rio Grande do Norte	957.841
Distrito Federal	992.198	Rio Grande do Sul	10.947.474
Espírito Santo	1.326.731	Rondônia	393.237
Goiás	5.503.026	Roraima	118.029
Maranhão	2.309.776	Santa Catarina	3.881.267
Mato Grosso	2.892.842	São Paulo	62.060.883
Mato Grosso do Sul	2.159.975	Sergipe	812.569
Minas Gerais	13.336.528	Tocantins	190.534
Pará	1.284.928	Total	139.103.057

Fonte: Ministério da Fazenda

Depois de adiado por suas semanas, o projeto voltará a ser examinado na CAE esta semana, sob o fogo cruzado dos governos estaduais. "Dinheiro não tem carimbo e a sociedade precisa de investimentos", defende o secretário-adjunto de Planejamento de Minas, Marcos Pestana. Ele calcula arrecadar pelo menos R\$ 1,5 bilhão em 1998 com a conclusão da venda dos bancos estaduais e a abertura de capital da Companhia de Água e Saneamento do Estado (Copasa).

Com boa parte do caixa comprometido com o pagamento de funcionários e inativos — conta que os governadores esperavam ver reduzida em 1995, quando entrariam em vigor as reformas administrativas e da Previdência, até hoje não concluídas pelo Congresso —, os governadores não têm demonstrado

pressa para concluir a renegociação de suas dívidas com o Tesouro Nacional. A renegociação exige um duro ajuste fiscal.

A dívida total dos Estados alcança hoje, segundo cálculos do Ministério da Fazenda, R\$ 139 bilhões, parte dos quais em processo de renegociação. Mas a assinatura dos contratos, cujos termos foram

antecipados em protocolos já firmados com o governo federal, está em atraso. O prazo, que se encerrava em setembro, foi transferido para dezembro.

Apenas dois Estados, São Paulo e Mato Grosso, assinaram os contratos. Mesmo assim, o processo não está concluído, porque depende de aprovação do Senado, que deve ocorrer em breve. "É difícil fechar porque temos de analisar cada detalhe da proposta de ajuste", justifica Pestana. No final de agosto, o governo teve de mandar ao Congresso um pedido de suplementação orçamentária no valor de R\$ 103 bilhões — operação contábil necessária para que o Tesouro Nacional emita títulos e para a rolagem da dívida dos Estados.

Reforma — Enquanto não se comprometem com a renegociação da dívida, os Estados defendem a reforma tributária. "Só assim os instrumentos para o ajuste estarão claramente definidos", justifica o secretário de Planejamento de Minas. A redistribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) — 85% vai para a Região Nordeste — entraria nessa discussão, exemplifica o secretário.

Mas agora a prioridade parece ser outra: independentemente de partidos, os Estados têm se unido para reclamar da distribuição do bolo fiscal, a cargo do governo federal. O principal ponto de discordância é a chamada Lei Kandir, que livrou as exportações do recolhi-

mento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), um imposto estadual.

Os secretários de Fazenda concordaram em apoiar a criação de um excelente instrumento para o governo federal — menos impostos tornam as exportações mais competitivas, o que ajuda a melhorar o equilíbrio da balança comercial, um dos pontos fracos do Plano Real — em troca de compensações em caso de perda de ICMS, mas depois viram que a proposta não era tão boa assim para os Estados.

Tartaruga — "O problema da Lei Kandir é que o ônus vem a cavalo e o bônus a passos de tartaruga", define o secretário de Minas. O governador mineiro, Eduardo Azeredo (PSDB), por exemplo, reivindica do governo federal ressarcimento de R\$ 450 milhões que diz ter perdido ao deixar de recolher o ICMS das exportações. Mas, argumenta o governo, a Lei Kandir não prevê essa devolução — apenas compensação, em caso de queda global no ICMS. "Então a lei é perversa, porque pune quem se está ajustando e melhorando a arrecadação", define Pestana. "Os Estados não poderiam ter levado mais esse baque."

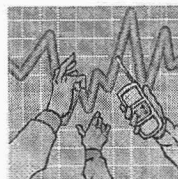
O último a pedir publicamente ao presidente Fernando Henrique Cardoso que a Lei Kandir seja revista foi o governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto (PMDB), há cerca de um mês. Fernando Henrique acenou com essa possibilidade, mas no Ministério do Planejamento não existe nenhum sinal de que isso venha a ocorrer. "Essa é uma das coisas que continuam na mesa de negociação", insiste o secretário mineiro.

Se conseguirem alterar as bases da Lei Kandir, os governadores terão uma verba inesperada em 1998. Na conta dos Estados, a perda de ICMS já chegou a R\$ 4 bilhões — R\$ 800 milhões só em São Paulo, Estado que se recusou a assinar o acordo para receber a compensação do Ministério do Planejamento, por discordar dos cálculos. Para a equipe econômica, o número, naturalmente, é bem inferior.

FEF — Estados e União também se desentenderam a respeito da composição do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) — um mecanismo orçamentário criado pelo governo, por meio de emenda constitucional, que permite à área econômica aplicar no que julgar necessário receitas antes dirigidas para determinado fim. Como o FEF — cuja prorrogação até 1999 está para ser votada no Senado — retém parte da arrecadação de Imposto de Renda que seria repassada aos Estados e municípios, o governo só conseguiu aprovar a medida na Câmara ao garantir a devolução, ao longo dos próximos anos, de R\$ 1,1 bilhão.

O Senado quer ampliar esse valor ou obter do governo outros compromissos financeiros, como, por exemplo, a exigência de que em 1998 mais municípios sejam atendidos pelo Programa Comunidade Solidária. As verbas orçamentárias, sobretudo as destinadas aos projetos sociais, são também alvo da cobiça dos governadores em ano eleitoral. Nesse caso — como no da disputa para atrair empresas para os Estados —, não há união: cada bancada luta com todas as armas para garantir, por meio das emendas ao Orçamento, verbas para suas obras.

Às vezes, quando a disputa política é mais voraz do que a briga por dinheiro, os desentendimentos ocorrem dentro da própria bancada. Por falta de acordo entre futuros candidatos ao governo e aliados do atual governador, os deputados e senadores do Amazonas, Rondônia e Roraima deixaram de apresentar emendas coletivas ao Orçamento da União do ano que vem. Preferiram deixar os Estados sem obras, a facilitar a vida do governador na campanha de 1998.



DÍVIDA
TOTAL DOS
ESTADOS SOMA
R\$ 139 BILHÕES